Sexta etapa: concessão e obrigações posteriores à licença

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Cumpridas as condições da IPA (in-principle approval, aprovação de princípio), a Monetary Authority of Singapore (MAS) emite a licença, que especifica a categoria de licença, os serviços de pagamento abrangidos e as condições impostas. As condições para um licenciado de DPT (digital payment token, token de pagamento digital) normalmente incluem exigências de capital acima do mínimo legal e restrições aos serviços que podem ser oferecidos a clientes de varejo. Em geral, também exigem que o licenciado notifique a MAS antes de lançar novos produtos ou listar novos tokens e que apresente o primeiro relatório de auditoria dentro de um prazo determinado.[1] O licenciado é inscrito no Financial Institutions Directory, o registro público consultado por clientes e bancos.[2]

As obrigações posteriores à licença começam imediatamente. A taxa anual é devida na concessão e, depois, anualmente. Os relatórios regulatórios são devidos nos termos da PSN04, nos intervalos prescritos. A primeira auditoria anual deve abranger o período a partir da concessão. Qualquer mudança nos administradores, no diretor executivo, nos controladores ou no negócio deve ser notificada ou

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

aprovada, conforme exigido pelas seções 27 e 37 da Lei. A MAS realiza uma primeira inspeção nos dois primeiros anos da maioria dos licenciados de DPT. A inspeção se concentra em verificar se os controles descritos no pedido estão em funcionamento.

Etapa	Tarefa do requerente	Duração típica	Falha mais comum
Preparação	Entidade, administração, políticas, avaliador, plano de negócios	3–9 meses	Administração fora de Singapura; políticas-modelo
Apresentação	Protocolo no portal, taxa, completude	1–2 meses	Documentos faltantes; questionários não assinados
Análise de mérito	Responder às rodadas de perguntas; entrevistas	6–18 meses	Respostas evasivas; oscilação do modelo de negócio
Avaliação independente	O avaliador testa a estrutura em funcionamento	2–4 meses (em paralelo)	Avaliação sobre minutas de políticas; relatório com ressalvas
Aprovação de princípio	Cumprir as condições; implantação	3–9 meses	Início antecipado da atividade; insuficiência de recursos
Concessão e operação	Taxas, relatórios, auditoria, notificações	Contínua	Controles que não funcionam como descritos

Notas

1. Condições de licença da MAS para prestadores de serviços de digital payment token, conforme refletidas nas inscrições do registro público no MAS Financial Institutions Directory e em declarações da MAS sobre as condições impostas aos licenciados de DPT. ↩
2. MAS Financial Institutions Directory, eservices.mas.gov.sg, que relaciona as instituições de pagamento licenciadas e os serviços de pagamento que cada uma pode prestar. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com